

O DEBATE SOBRE ASSERÇÃO: UMA APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA¹

The Assertion Debate: An Introductory Presentation

Daniel Ramos dos Santos²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo fazer uma apresentação introdutória do debate sobre asserção. Para tanto, em um primeiro momento, farei uma breve visita às clássicas teorias dos atos de fala, mostrando a asserção como um tipo de ato de fala. Em seguida, mostrarei as variadas tentativas, em filosofia da linguagem e epistemologia, de encontrar os elementos definidores da asserção e as quatro teorias mais destacadas sobre asserção.

Palavras-chave: Asserção. Atos de Fala. Normas Epistêmicas. Normas da Asserção.

ABSTRACT

In this paper I will do an introductory presentation of the assertion debate. First I'll show the assertion as a speech act type through classic speech act theories. Second, I'll show a variety of attempts, in philosophy of language and epistemology, to find the defining elements of the assertion and I close by presenting the four most prominent theories of assertion.

Key-words: Assertion. Speech Acts. Epistemic Norms. Assertion Norms.

INTRODUÇÃO

A fim de encetar uma compreensão razoavelmente consentânea do termo “asserção”, algo que aqui se faz necessário, um começo pode ser pela concepção geral de que “asserção é, em primeiro lugar, uma *ação*” (JARY, 2010, p. 6) e que “asserir alguma coisa é realizar certo tipo de ato” (MACFARLANE, 2011, p. 79).

Com um pouco mais de especificidade, sobre o que vem a ser uma asserção, Peirce escreve:

[e]m primeiro lugar elas pertencem àquela classe de sinais os quais podem ser chamados de *enunciados* (*uttered*), ou seja, que podem ser traços (isto é, escrito, desenhado, escrito à máquina ou impresso sobre uma super-

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2023.258487>

² Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: danielramos5@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8975-2517>.

ficie visível) ou sons produzidos por meio de uma pessoa a qual determino ser *enunciador* (*utterer*) (PEIRCE, 2016, p. 131).

Com base nas citações acima, então, penso que já é possível arriscar dizer que asserir é, *prima facie*, a *ação* de enunciar, proferir ou declarar uma frase. Quem declara, declara algo e, em geral, declara algo para alguém, o que podemos descrever como envolvendo uma espécie de processo de transmissão.

Com a ação de declarar uma frase, *grosso modo*, *S*³ quer transmitir alguma informação a seu ouvinte⁴, e assim sendo, penso ser possível presumir que asserções têm como função principal veicular informação, configurada em um conjunto de proposições. Dessa maneira, parece que uma asserção pode ser adequadamente descrita como o ato através do qual veiculamos proposições, que podem ser, obviamente, verdadeiras ou falsas. Tal ato é descrito pelas teorias dos atos de fala como um dos tipos de *atos de fala*.

Para cumprir com a proposta do artigo, que é apresentar de forma introdutória o debate acerca do ato de fala da asserção, o texto terá a seguinte estrutura: na seção 1 farei uma incursão em algumas das principais concepções clássicas sobre o conceito de asserção, encontradas nas tão conhecidas teorias dos atos de fala. Na seção 2, tentarei mostrar quão variadas são as visões sobre o que seriam os elementos característicos e fundamentais de uma asserção. E na seção 3, com base na exposição de MacFarlane (2011), apresento as quatro principais teorias sobre asserção.

2. A ASSERÇÃO SOB A ÓTICA DAS CLÁSSICAS TEORIAS DOS ATOS DE FALA

O conceito de “ato de fala” foi primeiramente elaborado pelo filósofo britânico J. L. Austin, em um conjunto de conferências publicadas em 1962, com o curioso título de *How to do things with words*. Como notou Marcondes (2006, p. 224), “Austin (1962, 1ª conferência) parte da hoje fa-

³ Um sujeito qualquer, competente em uma língua, que faz uma asserção direta, nas circunstâncias do “jogo” real de uma conversa.

⁴ Aqui no sentido de uma pessoa que ouve uma asserção direta nas circunstâncias do “jogo” real de conversa.

mosa distinção entre constataativos e performativos”. Austin (1962, p. 3) explica o motivo de escolha do primeiro termo da seguinte maneira: “nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, e por essa razão prefiro usar a palavra ‘Constataativo’”. Quanto ao segundo termo, ele afirma que “o nome é derivado, claro, de ‘realizar’ (*perform*), o usual verbo com o substantivo ‘ação’: isso indica que a emissão do enunciado é a realização de uma ação – não é normalmente pensado como apenas dizer alguma coisa” (AUSTIN, 1962, p. 7).

No que concerne ao termo “constataativo”, esse corresponderia às frases usadas para descrever fatos ou eventos, as quais são geralmente classificadas como verdadeiras ou falsas. Quanto ao termo “performativo”, diz respeito às frases que são usadas para realizar algo, e não apenas para relatar, sendo assim, tais frases não poderiam ser classificadas como verdadeiras ou falsas, mas como bem ou mal sucedidas, sempre dependendo das circunstâncias ou contexto.

Um exemplo de frases usadas para propósitos exclusivamente descritivos (ou constataativos, como prefere Austin) seria “Bernardo está jogando vídeo game”. Por conseguinte, um exemplo de frase performativa seria “prometo chegar no horário combinado para a reunião”. Enquanto dizemos sobre a frase usada no primeiro exemplo que ela é verdadeira, se de fato o evento for o caso, sobre a frase do segundo exemplo, somente diremos que foi bem ou mal sucedida. Será bem sucedida se as circunstâncias e consequências do ato de fala “eu prometo...” colaborarem, ou seja, a depender das circunstâncias (se havia uma reunião marcada para um determinado horário, se eu fui convidado e se realizei o “ato” de prometer) e das consequências (se eu me desloquei até o local da reunião e cheguei no horário prometido). Sobre o papel decisivo das circunstâncias, Austin escreve:

[...] é sempre necessário que as *circunstâncias* nas quais as palavras são enunciadas devam ser, em algum sentido ou maneiras, *apropriadas*, e é muito comumente necessário que ou *S* ele mesmo ou outras pessoas devam *também* realizar *outras* certas ações, ‘físicas’ ou ‘mentais’ ou mesmo atos de proferir outras palavras (AUSTIN, 1962, p. 8, as ênfases são do autor).

Ainda sobre as frases performativas, tornando assim mais perceptível o contraste entre essas e as constatativas, Austin (1962, p. 6) explica que “[...] parece claro que declarar a frase (nas circunstâncias apropriadas, obviamente) não é *descrever* minha ação em si mesma, proferida no que eu disse ao enunciar que estou fazendo-a ou ao declarar que eu a estou realizando: é *fazê-la*”⁵. Desse modo, tais frases, por serem elas mesmas o próprio ato, não podem ser classificadas em verdadeiras ou falsas, pois, como tudo indica, não há uma relação de correspondência entre elemento linguístico e mundo, como no caso das constatativas.

Apesar de todo o trabalho inicial para separar as frases constatativas das performativas, Austin, como ressalta Marcondes,

[...] logo percebeu que esta dicotomia era inadequada, uma vez que o constatativo tem também uma dimensão performativa, isto é, *descrever* é também um ato que realizamos e pode ser bem ou mal sucedido, assim como os performativos têm uma dimensão constatativa, já que mantêm uma relação com um fato⁶ (MARCONDES, 2006, p. 224).

Dessa forma, ele estende para toda a linguagem a sua concepção do uso da linguagem como sendo “uma forma de agir”. O “ato de fala” será entendido como uma unidade básica de toda a linguagem, contendo três dimensões as quais estão sempre conectadas. Essas dimensões são a locucionaria, ilocucionária⁷ e a perlocucionária, podendo-se assim falar em “ato locucionário”; “ato ilocucionário” e “ato perlocucionário”.

Diante da dificuldade de se distinguir entre enunciados performativos e constatativos, Austin entende ser conveniente e sugere considerar, des-

⁵ No original: “seems clear that to utter the sentence (in, of course, the appropriate circumstances) is not to *describe* my doing of what I should be said in so uttering to be doing or to state that I am doing it: it is to do it”.

⁶ A dificuldade, ou talvez impossibilidade, de se fazer a separação entre constatativos e performativos fica mais evidente quando observamos alguns exemplos. Suponha a existência de dois amigos, A e B. A está negociando a compra de um apartamento e leva B junto com ele para ver o apartamento, ao chegarem ao local B enuncia para A a seguinte frase: “esse apartamento é antigo”. Ao fazer isso, em tais circunstâncias, B produziu uma frase que pode ser tanto constatativa quanto performativa. Ela pode ser entendida apenas como uma descrição (constatação), situação em que B está apenas relatando uma característica do imóvel, quanto pode ser entendida como a realização do ato de avisar (por exemplo: não compre esse apartamento porque é antigo e pode lhe trazer problemas futuramente).

⁷ Brown e Cappelen (2011, p. 2) observam que em comparação com a noção de “locucionário” a noção de “ilocucionário” não é tão clara, já que, como veremos adiante, todo ato ilocucionário é também um ato locucionário.

de o início, quantos sentidos existem em que “dizer alguma coisa *é (is)* fazer alguma coisa, ou *em (in)* dizendo alguma coisa nós fazemos alguma coisa, e ainda, *através (by)* de dizer alguma coisa nós fazemos alguma coisa” (AUSTIN, 1962, p. 94, *itálicos do autor*). Começa distinguindo um grande grupo de sentidos de “fazer alguma coisa”. Tais sentidos estão presentes ou inclusos quando, segundo ele, dizemos que “dizer alguma *é*, em um sentido completamente normal, fazer alguma coisa” (AUSTIN, 1962, p. 94). Aqui estão inclusos, de acordo com Austin, a enunciação de certos ruídos, de certas palavras em certa construção, e a enunciação dessas com certo sentido e com certa referência. É justamente nesse contexto que ele entende o “ato locucionário”, ou seja, em suas palavras: “o ato de ‘dizer alguma coisa’, [naquele] sentido completamente normal, eu chamo [...] de a *performance* de um ato locucionário”. (AUSTIN, 1962, p. 94, *itálicos do autor*).

Contudo, realizar um ato “locucionário” é, em si mesmo, realizar um ato “ilocucionário”, diz Austin. Será a maneira como usaremos a locução que determinará qual ato ilocucionário foi realizado, a saber, se estamos realizando uma pergunta ou respondendo a uma; se estamos dando uma informação, uma garantia ou um aviso; se estamos proferindo um veredito ou intenção, etc. Para a realização de um ato locucionário, utilizamos a fala⁸, pois o ato locucionário seria, ao que parece, a própria enunciação da frase. Contudo, podemos nos perguntar sobre qual seria precisamente a maneira que estamos usando a fala em uma determinada ocasião, pois são numerosas as funções ou maneiras de uso da fala. Isso faz grande diferença, já que é aí que surge o ato ilocucionário. “Faz uma grande diferença se nós estávamos aconselhando, meramente sugerindo ou realmente ordenando, se estávamos estritamente prometendo ou somente anunciando uma vaga intenção e assim por diante”, explica Austin (1962, p. 99).

Diante do exposto, é possível, a partir de então, traçar a diferença existente entre as instâncias do ato locucionário e do ato ilocucionário. Enquanto o ato locucionário consiste na enunciação em si mesma, o ato ilocucionário diz respeito, ao que tudo indica, à intenção do enunciador ao proferir a frase em um determinado contexto, configurando assim o que

⁸ Estou considerando “fala” aqui em um sentido amplo, ou seja, no sentido de comunicar ou transmitir algo (informação, no caso das asserções), e isso pode ser feito pela fala vocal, escrita ou de sinais (caso dos surdos), por exemplo. Ou qualquer outra forma de comunicar.

Austin chamará de “força ilocucionária”, que receberá posteriormente uma classificação mais elaborada a partir de John Searle. Nas palavras de Austin:

[e]u explico a *performance* de um ato nesse novo e segundo sentido como a *performance* de um ato ‘ilocucionário’, isto é, a *performance* de um ato *em (in)* dizer alguma coisa como oposta a *performance* de um ato *de (of)* dizer alguma coisa; e referirei à doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem aqui em questão como a doutrina das ‘forças ilocucionárias’ (AUSTIN, 1962, p. 99).

Existe ainda um terceiro aspecto do ato de fala, ou, segundo Austin, um terceiro sentido no qual realizar um ato locucionário, seguido de um ato ilocucionário, pode desembocar numa terceira instância do ato de fala. Quando dizemos alguma coisa, aquilo que é dito frequentemente acarreta algumas consequências, as quais podem ser o resultado de nossa intenção ou propósito de produzi-las. Tais consequências incidem sobre “sentimentos, pensamentos ou ações do público, do falante ou de outras pessoas” (AUSTIN, 1962, p. 101). Essa instância do ato de fala será nomeada por Austin de “ato perlocucionário”. Ao que se pode observar, o ato perlocucionário seria o efeito das forças ilocucionárias empregadas na tentativa de fazer o que pretendíamos com a enunciação ou ato locucionário propriamente dito. Os efeitos ou consequências seriam o resultado da enunciação juntamente com a intenção da realização do que se pretende, dentro de um contexto, o qual pode ser as convenções sociais, por exemplo. Intenção, juntamente com o contexto, constituirá a força ilocucionária e essa última poderá determinar as consequências, a saber, os atos perlocucionários. Segundo Searle, a intenção seria o elemento mais importante para a noção de força ilocucionária. Diz ele: “em geral, pode-se dizer que a noção de força ilocucionária é o resultante de vários elementos, dos quais o objetivo ilocucionário (*illocutionary point*) é apenas um, embora, eu creio, o mais importante”⁹ (SEARLE, 1975, p.

⁹ Apesar das diferenças em relação a Searle, Bach e Harnish, pelo menos nesse aspecto, e em alguma medida, seguem numa direção semelhante à de Searle, pois ressaltam a importância da intenção na comunicação linguística. A importância estaria na intenção de *S* e no reconhecimento dessa intenção por seu ouvinte. “[...] O que é comunicado não é determinado meramente pelo que é dito. A estrutura e o significado das expressões usadas são essenciais, mas assim também são a intenção de *S* e o reconhecimento desta por seu ouvinte. Em nosso ponto de vista, uma intenção comunicativa tem a peculiar característica de que sua realização consiste em seu reconhecimento. *S* pretende que seu ouvinte reconheça o objetivo de sua enunciação não apenas através de (1) conteúdo e (2) contexto, mas também por que (3) intenciona que o objetivo seja reconhecido” (BACH; HARNISH, 1979, p. xi).

346). Nesse caso, claro, o termo “intenção” e o termo “objetivo” – esse último mencionado acima por Searle –, estão sendo aqui, como parece ser o caso, considerados como intercambiáveis.

Feita essa descrição das três fases ou características do ato de fala sob a perspectiva de Austin, é útil e interessante notar, devido sua clareza, a explicação dessas mesmas fases ou características feita por Bach e Harnish (1979, p. 3). Apesar de aparentemente não influenciar relevantemente na exposição dos atos como até aqui entendida, os referidos autores não identificam o ato de *enunciar* em si mesmo como sendo o próprio ato *ilocucionário*, como já foi dito aqui. Eles distinguem os diferentes aspectos de um ato de fala da seguinte maneira:

[s]e *S* é o enunciador, *O* o ouvinte, *e* uma expressão (tipicamente uma frase) na linguagem *L* e *C* o contexto da enunciação, os principais constituintes do ato de fala de *S* podem ser esquematicamente representados como o seguinte:

Ato da enunciação: *S* enuncia *e* a partir de *L* para *O* em *C*.

Ato locucionário: *S* diz a *O* em *C* que tal e tal.

Ato ilocucionário: *S* realiza tal e tal em *C*.

Ato perlocucionário: *S* afeta *O* de certa maneira.

Esses atos estão intimamente relacionados. Em enunciando *e*, *S* diz alguma coisa a *O*; em dizendo alguma coisa a *O*, *S* faz alguma coisa; e fazendo alguma coisa, *S* afeta *O*. (BACH; HARNISH, 1979, p. 3).

Como podemos ver, de acordo com essa caracterização apresentada, o ato de enunciar é a primeira etapa e precedente ao ato locucionário. Pode-se inferir que isso pode ser explicado a partir do fato de que nem todo ato de enunciação resulta em um ato locucionário. Podemos perceber isso partindo da ideia de que é possível enunciar algo que não venha a *dizer* algo a alguém, e, como vimos, “dizer” (obviamente no sentido de comunicar) algo a alguém é condição para que haja o ato locucionário. O fenômeno de enunciar algo e ao mesmo tempo não “dizer” algo parece ser o caso das enunciações que carecem de sentido, pois se enunciamos algo sem sentido, enunciamos, mas não dizemos, realizamos o ato da enunciação e não o da locução. Desse modo, podemos separar esse primeiro ato, o ato de enunciar, do ato de locucionar, que seria dizer ou comunicar alguma coisa.

Vale lembrar que, até então, meu intuito tem sido o de limpar o terreno em torno do conceito da asserção. Para tanto, propus uma breve incursão nas teorias dos atos de fala, para que a partir do alcance de uma noção básica do que vem a ser um ato de fala possamos, de maneira mais clara, identificar a noção específica da asserção. Dito isso, dentro da teoria dos atos de fala, por motivo de clareza e precisão, é ainda importante recorrer a alguns pontos específicos do tratamento dado ao tema por Searle, em seu *A taxonomy of illocutionary acts*, de 1975, já mencionado acima. Nesse texto, ao proceder com sua classificação – mais elaborada¹⁰ que a de Austin – dos diferentes tipos de força ilocucionária que, diga-se de passagem, constitui o núcleo do ato de fala, Searle acaba por evidenciar características muito importantes do ato de asserir.

Searle identifica doze dimensões importantes nas quais os atos ilocucionários variam, diferindo uns dos outros. No entanto, por entender que são as mais úteis no que concerne a clarificação do conceito de asserção, serão aqui consideradas a primeira dimensão, que diz respeito a diferenças determinadas pelos diversos objetivos dos atos ilocucionários e, principalmente, a segunda, que corresponde às diferenças determinadas pela assimetria nas direções de encaixe entre palavra e mundo.

Para John Searle (1979, p. 1-29), as declarações (*statements*) integram uma das categorias básicas dos *atos de fala ilocucionários*. É um ato ilocucionário aquele ato linguístico praticado por um falante que enuncia uma frase gramatical com significado, que visa a ser bem-sucedido na sua intenção de expressar uma *promessa, ordem, pedido* etc. Com esse ato, o falante também se compromete com o que ele expressa com o ato de *prometer, ordenar, solicitar* e assim por diante. No caso específico das declarações ou asserções (ou ato ilocucionário assertivo), *S*, como eu disse acima, se compromete com a verdade da frase enunciada. Escreve Searle (1979, p. 12),

¹⁰ De acordo com Marcondes (2006, p. 226), a proposta de classificação das forças ilocucionárias de Austin, em 1962, foi provisória.

[...] o propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer *S* (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o *verdadeiro* e o *falso*.

O critério de avaliação da frase enunciada é, então, o ajuste “palavra-mundo”, e o estado expresso é a “crença que *p*”, ou seja, com a frase declarada *S* diz para o seu interlocutor que ele acredita que *p* e que *p* é o *caso*, isto é, que *p* é verdadeira.

Posto isso, consideremos agora a explicação de Searle da dimensão de variação dos atos ilocucionários, por meio da direção de encaixe entre palavra e mundo, como mencionado acima. Para tanto, vejamos de antemão um interessante exemplo de caso descrito por Searle, mas originalmente elaborado por Gertrude E. M. Anscombe, em 1957. O caso é o de um homem que vai ao supermercado com uma lista de compras e é seguido por um detetive. Searle descreve o caso da seguinte maneira:

[s]uponha que um homem vai ao supermercado com uma lista de compras dada a ele por sua esposa, na qual estão escritas as palavras “feijão, manteiga, bacon e pão”. Suponha que enquanto anda com seu carrinho de compras selecionando aqueles itens ele é seguido por um detetive que anota tudo o que ele pega. Assim que saírem da loja, ambos terão listas idênticas. Mas, as funções das duas listas serão totalmente diferentes. No caso da lista do comprador, o propósito da sua lista é, por assim dizer, fazer o mundo corresponder às palavras; o homem deve fazer com que suas ações encaixem-se na lista. No caso do detetive, o propósito da lista é fazer com que as palavras correspondam ao mundo; o detetive deve fazer com que a lista se encaixe nas ações do comprador. Isso pode ser mais bem demonstrado observando o papel de um “erro” nos dois casos. Se o detetive chega a sua casa e de repente percebe que o homem comprou costelas de porco ao invés de bacon, ele pode simplesmente apagar a palavra “bacon” e escrever “costelas de porco”. Mas, se o comprador chega a sua casa e sua esposa salienta que ele comprou costelas de porco quando deveria ter comprado bacon, ele não pode corrigir o erro apagando “bacon” da lista e escrevendo “costelas de porco”. (SEARLE, 1979, p. 3).

Esse exemplo é muito útil para que possamos estabelecer uma característica fundamental da asserção, de modo a chegar a uma delimitação mais específica da mesma. De uma perspectiva ampla, asserções enquadram-se

na categoria dos atos de fala que têm por objetivo tentar fazer com que as palavras – mais estritamente, seu conteúdo proposicional – correspondam ao mundo. Promessas e ordens, por exemplo, enquadram-se na categoria oposta, a saber, a que tem por objetivo tentar fazer as ações e estados de coisas corresponderem às palavras.

Quando produzimos uma asserção, de um modo geral, o que fazemos é tentar corresponder o que é dito ao objeto. Quando produzimos uma asserção em t_1 (um tempo qualquer) estabelecemos, claro, uma relação de correspondência entre palavra e objeto ou entre a asserção e um estado de coisas. Porém, se em t_2 (certo tempo posterior a t_1) ocorrer uma mudança no cenário do estado de coisas descrito pela asserção, a atitude a ser tomada por S será a de alterar a asserção ou abandoná-la, esse é o caso do detetive no exemplo acima descrito. Se em t_2 o detetive percebeu uma falta de correspondência entre uma de suas asserções (em sua lista) e um determinado estado de coisas (resultado da ação do comprador, nesse caso), sua atitude imediata será alterar a asserção em sua lista, para que ela volte a corresponder ao estado de coisas. No caso do comprador, o que ele terá que fazer para que volte a haver correspondência é corrigir sua ação ou, por assim dizer, alterar o estado de coisas, pois sua lista representa um pedido (ou em muitos casos, uma ordem) de sua esposa. Desse modo, podemos firmar provisoriamente uma noção mais clara da asserção como sendo uma declaração que tem como característica o ato de descrever, o qual é caracterizado pela direção de conformação que vai da palavra para o mundo, assim como explica Searle (1979, p. 3), e, além disso, à primeira vista, tem a característica de sempre estar exposta a julgamentos de verdade ou falsidade.

Vale observar que, embora seja uma característica importante, no entanto, como veremos a seguir, o fato de uma enunciação ou declaração ser passível de julgamentos de verdade e falsidade não é um fator determinante na caracterização e delimitação da asserção. Isso pode ser constatado a partir do abandono de Austin (1962, p. 148) da distinção constatativos/performativos, defendida por ele mesmo anteriormente. Como observa Mark Jary, a rejeição de Austin à dicotomia entre os referidos termos, foi o resultado de duas observações feitas por ele. “Primeiro, ele notou que declarar – o prototípico constatativo – é tanto fazer alguma coisa quanto prometer ou advertir

[...]” (JARY, 2010, p. 8). Segundo, “declarações eram sujeitas ao mesmo tipo de infelicidade [ou insucesso] inerente aos performativos” (JARY, 2010, p. 8). Com isso, Austin decreta o fim da distinção que ele mesmo havia elaborado.

Em favor da primeira observação feita por Austin, Jary elabora o seguinte exemplo: “quando eu disse que a casa era velha, não estava lhe advertindo para que não a comprasse, eu estava apenas declarando um fato” (JARY, 2010, p. 8). Nesse caso, fica claro que a depender da intenção do falante e do contexto, uma declaração (constatativo) pode funcionar como um performativo. No exemplo acima, sem a explicitação da intenção por trás da declaração “a casa é velha”, a mesma pode muito bem cumprir a função de uma advertência ou conselho, o que se configura como um ato performativo, não descritivo, evidenciando assim, no mínimo, a dificuldade da distinção entre constatativos e performativos.

Em favor da segunda observação de Austin, pesa o fato de que “do mesmo modo que uma promessa pode ser insincera se o falante não tem a intenção de executar o ato descrito, uma declaração pode ser insincera se S não acredita no conteúdo de sua asserção” (JARY, 2010, p. 8). Do mesmo modo, se uma promessa (performativo) pode ser feliz ou bem sucedida, o mesmo pode ocorrer com uma declaração (constatativo).

Posto isso, até então se pode ver que não parece muito fácil uma definição consistente do que venha a ser asserção. Na medida em que se busca mais sobre o assunto, as dificuldades aumentam, pois são várias as concepções acerca do que seriam os elementos característicos e fundamentais de uma asserção. Muitos teóricos propõem múltiplos pontos de vista, e sendo assim, para ter uma noção da variedade dos principais posicionamentos, vejamos alguns apresentados por Jary (2010), porém de maneira muito pontual e sem entrar nos detalhes das defesas e objeções acerca das tais visões.

2. ALGUMAS DAS NOÇÕES MAIS COMUNS SOBRE OS ELEMENTOS DETERMINANTES DA ASSERÇÃO.

Dentre outros pontos de vista, Jary apresenta, por exemplo, o de Searle (1969), para o qual a condição essencial da asserção seria o fato de que

ela conta como um empreendimento no sentido de que “*p* represente um estado de coisas” (JARY, 2010, p. 9). O de Bach e Harnish (1979), que defendem que uma enunciação que expressa *p* somente será uma asserção se houver intenção de *S*, no sentido de que sua enunciação seja tomada por seu ouvinte como razão para crer que ele, *S*, acredita que *p* e que *S* pretende que o ouvinte também acredite que *p* (JARY, 2010, p. 9). Alinhados com Searle, eles veem o comprometimento de *S* com a verdade e a expressão de crença, juntamente com sua intenção de causar a formação de crença no seu ouvinte, como central para a asserção (JARY, 2010, p. 12). Jary apresenta ainda a perspectiva de Millikan (1984), que reafirma a primazia do caráter da intenção informativa da asserção. Nesse caso a função apropriada da asserção nunca deixaria de ser a informatividade, nem mesmo em muitos casos em que o ato assertórico não resulta em informação e nem pretende tal resultado, analogamente ao sexo, cuja função apropriada não deixaria de ser a reprodução ainda que muitos atos sexuais não resultem em reprodução nem pretendam tal coisa (JARY, 2010, p. 11). A de Sperber e Wilson (1986/1995), que refinam a posição de Millikan, nomeando de “asserções ordinárias” aquelas que pretendem informar o ouvinte de que *p*, colocando a informatividade (ou simplesmente a característica de transmitir informação) como um elemento indispensável para uma adequada caracterização da asserção (JARY, 2010, p. 11). A de Alston (2000), segundo o qual o que distingue as asserções é que ao asserir *S* assume responsabilidade pela obtenção da proposição explicitamente expressa pela enunciação (JARY, 2010, p. 15). A de Geach (1965) e Russell (1905), que defendem o comprometimento com a verdade como única exigência para que uma proposição conte como asserção (JARY, 2010, p. 16) A de Brandom (1994) que, apoiando-se em Dummett (1981), vê a condição suficiente da asserção como sendo essencialmente um empreendimento de comprometimento com a autoridade e a responsabilidade de *S*, a saber, a autoridade de passar para o ouvinte o seu direito e compromisso em relação à asserção e a responsabilidade de ter que justificá-la se o ouvinte for desafiado (JARY, 2010, p. 19-20). E a perspectiva de Williamson (1996), que concebe asserção como sendo essencialmente uma atividade na qual *S* assume uma responsabilidade com a qualidade da

informação que ele passa, conferida pela posse de conhecimento. Ou seja, deve-se asserir somente aquilo que se sabe (JARY, 2010, p. 46).

Acredito, então, que, a essa altura, podemos elencar as principais características referentes ao ato assertórico, e observar quais são mais recorrentes e aparentemente mais consistentes, para que assim possamos dar uma maior atenção a essas. Seriam elas: ação de enunciar; declaração; sujeição ao julgamento verdadeiro/falso; descrição de fatos; direção de conformação que vai da palavra para o mundo; representação de um estado de coisas; intenção de expressar crença e causar crença; comprometimento com a verdade e a expressão de crença; informatividade (no sentido de transmitir informação); responsabilidade pela obtenção da proposição; comprometimento com a autoridade e responsabilidade; responsabilidade com a qualidade da informação passada.

Algumas das características acima já foram aqui apresentadas como tendo problemas de consistência quanto à importância de sua função definidora do ato de asserção. Posto isso, recorreremos agora ao ponto de vista de MacFarlane (2010), o qual foi retomado por Goldberg (2015), no que diz respeito a uma espécie de taxonomia, que traça, de uma maneira razoavelmente clara, as características do ato em questão, ao apontar os principais posicionamentos teóricos merecedores de maior atenção.

Segundo Goldberg (2015), existem várias maneiras com as quais podemos descrever os atos de fala, dentre essas, temos as seguintes: “os falantes ‘promovem afirmações’, eles ‘fazem declarações’, eles ‘dizem’ coisas para o público, eles ‘relatam’ um estado de coisas, eles ‘expressam julgamentos’ que fizeram, e assim por diante” (GOLDBERG, 2015, p. 4). Uma característica notável em todos esses casos, segundo ele, é o fato de que são realizados por meio da enunciação de uma frase declarativa, ou ainda, alternativamente, por meio da realização de uma frase sob a disposição indicativa. Contudo, apesar de podermos afirmar que é algo fora de discussão o fato de que todo ato assertórico seja um ato declarativo, o contrário (que todo ato declarativo seja um ato assertórico), de acordo com Goldberg, não ocorre. Assim como não se pode afirmar, devido a impossibilidade da dicotomia entre os declarativos e performativos de Austin, que a possibilidade de classificação entre verdadeiro e falso seja uma característica definidora da asserção.

“Nem toda enunciação de frases declarativas são asserções”, nos alerta Goldberg (2015, p. 4).

Um dos exemplos que mostra que nem toda enunciação de frase declarativa resulta em asserção é o caso de um ator que produz sua fala no palco. Nessa situação o ator certamente pronunciará muitas frases declarativas, mas não estará de fato asserindo o que quer que seja, pois tais declarações resultarão de um fingir afirmar coisas, que, como tal, carece de sinceridade. Contudo, pode-se perguntar: e se excluirmos todos os casos que envolvam fingimento, como nos casos de encenação e semelhantes, considerando apenas as enunciações de declarações sinceras, pode-se afirmar que essas seriam suficientes para realizar uma asserção? Goldberg responde que não. Não seriam suficientes porque podem ocorrer, e de fato ocorrem, casos em que tais enunciações, apesar de declarativas e sinceras, não são realizadas com *força* de asserção. É o caso das declarações que envolvem palpites, por exemplo. Nessas situações, o palpiteiro realiza uma enunciação declarativa, com sinceridade, mas com a força apenas de um palpite e não de uma asserção. Logo, apenas sinceridade nas enunciações declarativas não é um marcador de assertividade¹¹ (GOLDBERG, 2015, p. 5).

Quanto às características do ato assertórico, Goldberg afirma haver várias, as quais estão ligadas a quatro importantes papéis que a asserção desempenha, a saber, comunicar e propagar o conhecimento; gerar direitos e responsabilidades para *S* e seu ouvinte; ser veículo para a expressão de crenças; e seu fundamental papel no método de interpretação de uma língua não compreendida.

Ligadas aos papéis descritos acima, segundo Goldberg (2015, 6-9), as asserções têm as seguintes características: (1) aptidão da asserção para comunicar conhecimento (*CK-aptness*); (2) a dignidade ou merecimento de crença da asserção (*assertion's belief-worthiness*); (3) susceptibilidade da

¹¹ Goldberg diz que apesar de ser tentador afirmar que asserções são no mínimo “todos os atos em que uma dada proposição é *apresentada como verdadeira*, onde essa apresentação tem certa *força* (o que nós podemos chamar *força assertórica*)” (GOLDBERG, 2015, p. 05), infelizmente não é uma caracterização útil, pois “apresentar alguma coisa como verdadeira em fala é algo que se pode fazer sob condições nas quais é de mútuo conhecimento que ninguém acredita ou acreditará que a proposição é verdadeira” (GOLDBERG, 2015, p. 05), isso por que mentiras também envolvem asserção, inclusive as mentiras deslavadas, situação na qual é mútuo o conhecimento de quem fala e de quem ouve que o que está sendo asserido é falso.

asserção a desafios epistêmicos (*EC-susceptibility*); (4) transmissão de autor-representação implícita no ato da asserção (*conveyed self-representation*); (5) aspecto interpessoal do ato de asserção; (6) aspecto da *sinceridade* da asserção; (7) *retroatividade* da asserção; (8) característica da Interpretação radical evidencial da asserção (*RI-evidencial*).

Em resumo, no que diz respeito à característica (1), Goldberg acreditar ser incontestado que seja por meio da asserção que alguém comunica seu conhecimento a outras pessoas. Em relação à (2), *S*, quando faz uma asserção, tem o objetivo de que seu ouvinte aceite, ou “acredite”, na verdade da proposição veiculada pela asserção, porém, nem sempre as asserções são dignas de crença, pois às vezes são insinceras ou incompetentes, daí a necessidade de que a crença asserida tenha dignidade. Dito de outro modo, que a asserção seja digna de crença. (3) representa a marcante característica da asserção que consiste em estar sempre sujeita a desafios epistêmicos legítimos. Quanto à característica (4), quando *S* realiza o ato de asserção, dentre outras coisas, ele se autorrepresenta como tendo conhecimento do conteúdo asserido ou ao menos evidência a favor do mesmo. O que explica (5) é o fato de que quem faz uma asserção gera o direito no ouvinte de fazer um desafio à verdade da asserção e assim fazendo, é gerada a responsabilidade para *S* de lidar com esse desafio. (6) tem a ver com a relação da asserção com a crença, no sentido de que somente quando sincera a asserção expressa a crença de *S*. A característica (7) é o caso em que *S* pode voltar atrás depois de feita a asserção, por conta de uma posterior percepção da falta ou pouca sustentação para o seu ato de fala. Em (8), é utilizado o conceito de “interpretação radical” de Donald Davidson, para se referir a situação na qual um ouvinte se depara com uma linguagem por ele ainda não compreendida, nesse caso, o ato de asserção dos falantes da língua desconhecida será a parte de evidência central sobre o qual será realizada a tarefa de quebrar o código da tal língua.

Como Goldberg ressalta (2015, p. 8), o papel de comunicar o conhecimento corresponde à *importância epistêmica* da asserção, e todas as características da asserção descritas acima têm de algum modo uma conexão com esse aspecto epistêmico, apesar de que no caso de (8) essa conexão seja de forma indireta. Dessa maneira, Goldberg dá a entender que para ser bem su-

cedida, uma teoria da asserção terá que explicar, se não todas as características, pelo menos as mais sobressalentes, que são aquelas mais proximamente ligadas à importância epistêmica da asserção.

Dito isso, para lembrar e deixar um pouco mais clara a dificuldade da tarefa de definir a asserção é útil colocar, ou recolocar, à maneira de MacFarlane (2011, p. 70), o seguinte questionamento: o que diferencia o ato de fala da asserção de outros atos de fala (tais como perguntas, ordens etc.)? E ainda, o que o diferencia de outros atos que não são de fala (tais como sons ou sinais¹² não articulados)? A diferença em relação aos últimos parece fácil de descrever, pois basta notar que não sendo atos de fala¹³ já é suficiente para distingui-los do ato assertórico, que em si mesmo é um ato de fala. No entanto, é em relação aos primeiros, ou na individuação do ato de fala da asserção frente aos outros atos de fala, que os problemas surgem. De acordo com MacFarlane (2011, p. 79),

[...] quais características de um ato o qualificam como uma asserção e não como um desses outros tipos de ato? Para focar em um exemplo particular: em anunciando “Bill fechará a janela” pode-se estar praticando a pronúncia do inglês, asserindo que Bill fechará a janela ou solicitando que Bill feche a janela. O que faz esse ser o caso que alguém está enunciando uma dessas opções e não outras?

Há algumas categorias de respostas que mais sobressaem, na tentativa de explicar essas questões e aquelas características da asserção elencadas por Goldberg, por isso são merecedoras de maior atenção. MacFarlane resume esses pontos de vista teóricos em quatro. Assim como fez Goldberg, levaremos em conta essa seleção de pontos de vista feita por MacFarlane, no que tentaremos, ainda que de forma resumida, apresenta-las a seguir.

3 QUATRO DAS PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE ASSERÇÃO

Seguindo o raciocínio de MacFarlane (2011, p. 79), os quatro pontos de vista teóricos mais destacados sobre a noção de asserção assumem as se-

¹² No caso da linguagem de sinais.

¹³ Vale reforçar a observação de que o sentido de “fala” aqui é amplo, não tem apenas o sentido de fala vocal. Afirmar que algo não é um “ato de fala” (assertórico), nesse ponto específico, significa dizer que não comunica, não transmite informação.

guintes posições: “(1) asserir é expressar uma atitude. (2) asserir é fazer um movimento definido por suas regras constitutivas. (3) asserir é propor a adição de informação à base comum da conversação. (4) asserir é empreender certo tipo de comprometimento”.

3.1 Asserção como a expressão de uma atitude

O ponto de vista de Bach e Harnish (1979), em favor da defesa da asserção como sendo a expressão de uma atitude, talvez seja um dentre os mais bem acabados e mais mencionados na literatura recente. De maneira mais específica, ao que parece, como tentarei mostrar, a asserção, segundo tal visão, seria a expressão de uma atitude que se configura como, o que se pode chamar, de estado “doxástico de crer”¹⁴. Será essa defesa de Bach e Harnish que, a seguir, de forma resumida, tentarei apresentar como representante do ponto de vista expressivista da asserção.

Partindo da ideia de que há algo além da estrutura e do significado das expressões no processo da comunicação linguística, Bach e Harnish defendem que uma explicação ampla ou geral desse processo precisa levar em conta, obviamente, esse algo além que seria um elemento a mais no referido processo. Tal elemento, afirmam, seria a intenção, porém não “intenção” pura e simples, mas a intenção ilocucionária, que eles chamam de “intenção reflexiva”. Dizem eles,

[r]estringimos as intenções ilocucionárias àquelas intenções cuja realização consiste em nada mais que seu reconhecimento (*recognition*). O tipo de intenção reflexiva que tem essa característica é aquele de expressar uma atitude (tal como uma crença ou desejo). Nesse sentido, um ato da comunicação linguística será bem sucedido se a atitude que o enunciador expressar for identificada pelo ouvinte através do reconhecimento da intenção reflexiva ao expressá-la (BACH; HARNISH, 1979, p. XV).

Não é o propósito aqui, como já mencionado, entrar em muitos detalhes das teorias citadas, no entanto, é importante notar que os autores em

¹⁴ Acredito que pode ser entendido dessa forma por que se for o caso que asserção é uma expressão de crença, e crença é largamente conhecida como um estado doxástico positivo ou, dito de outro modo, o estado psicológico de crer, logo, poderíamos dizer, com o mesmo sentido, que asserção é a expressão do estado doxástico de crer.

questão evidenciam a necessidade da presença da intenção reflexiva no processo comunicativo e a justificam fazendo uso dos notórios casos de atos de fala indiretos – por conta própria, incluo entre esses os atos de fala realizados com ironia, por exemplo. Assim, afirmam eles, “[n]osso ponto de vista é que comunicação linguística envolve essencialmente que o falante tenha um tipo especial de intenção (uma intenção de que o ouvinte faça certo tipo de inferência) e que o ouvinte verdadeiramente faça essa inferência” (BACH; HARNISH, 1979, p. XVII). Por conseguinte, fica indicado que considerar somente a estrutura e o significado das expressões não basta porque, além desses, o que determinaria o sucesso da comunicação, inclusive nos casos das expressões não literais, seria a realização de inferências por parte do público, para corresponder à intenção do enunciador da expressão. “[...] Porque o enunciador poderia estar falando de modo não literal ou indiretamente, o público deve se apoiar em muito mais do que o significado linguístico da enunciação para determinar a intenção do falante” (BACH; HARNISH, 1979, p. XVI), ou seja, o público deve se apoiar em inferências para determinar a intenção do enunciador, e é justamente da parte desse a intenção de que isso ocorra.

Como apontado até aqui, segundo Bach e Harnish, a comunicação linguística é um ato de expressão de atitudes, que realizamos sempre que dizemos alguma coisa. Como as atitudes não são unívocas, mas de vários tipos, a depender do tipo de atitude expressa, teremos um tipo de ato ilocucionário sendo realizado. Posto que, como afirmaram os expressivistas, as atitudes podem ser, por exemplo, de crenças ou desejos, podemos inferir a partir daí que, como já vem sendo afirmado, a asserção seria a expressão de uma atitude de crença, pois atitudes de desejos dizem respeito a atos de fala não assertivos. Quando se dá uma ordem, realiza-se um ato por meio da disposição diretiva que, em princípio, distingue-se do ato de asserção devido a esse ser produzido a partir da disposição declarativa. Dito isso, parece consentâneo aqui afirmar que se asserção é a expressão de uma atitude, essa atitude é a crença.

Vejamos, então, a explicação acabada do que seria o ato da asserção na configuração da expressão de atitude, elaborada por Bach e Harnish:

[e]m nosso ponto de vista, comunicar é de fato expressar um pensamento ou, de modo mais geral, uma atitude, seja ela uma crença, uma intenção, um desejo ou mesmo um sentimento; mas em dizendo que comunicar é expressar uma atitude, estamos querendo dizer algo muito específico por “expressar”. (BACH; HARNISH, 1979, p. 15)

Expressar: Para *S* expressar uma atitude é preciso *S* R-intencionar que o ouvinte tome a enunciação de *S* como razão para pensar que *S* tem aquela atitude (BACH; HARNISH, 1979, p. 15).

Em enunciando *e*, *S* asseri que *P* se *S* expressa:

- i. a crença que *P*, e
- ii. a intenção que *O* acredite que *P* (BACH; HARNISH, 1979, p. 42).

O termo traduzido como “R-intencionar” diz respeito ao termo *R-intend*, que quer dizer “intenção reflexiva”. Portanto, fica clara a posição dos autores em questão, ao definir o ato de asserção como expressão de uma atitude específica, a atitude de crença, juntamente com a intenção por parte de *S* de que seu ouvinte venha a adotar a crença expressa.

3.1.1 Asserção como um movimento definido por suas regras constitutivas

Desde mais de meio século é possível ver na literatura, sobre o tema da asserção, a tendência de definir a asserção por meio de regras constitutivas, como ocorre em “Saying and Disbelieving”, de Max Black (1952).

A apresentação da noção de asserção de Black, que pode ser entendida como a das regras constituidoras da asserção, pode ser percebida, por exemplo, no contexto da discussão sobre a plausibilidade das frases apresentadas por G. E. Moore¹⁵. As frases Mooreana referidas aqui são as do tipo “*S* afirma que *p*, mas crê que não *p*”. Um dos exemplos de Black (1952, p.25) para as tais frases é o seguinte: “cogumelos são venenosos, mas eu não acredito nisso”. Segundo Moore (1946, p. 204), “isso, embora absurdo, não é autocontraditório, pois pode muito bem ser verdadeiro”. A explicação de Moore para isso é que a afirmação da proposição “cogumelos são venenosos” *implica* a proposição “*acreditamos* que cogumelos são venenosos”, o que obviamente provoca um choque contraditório com a segunda parte da frase conjuntiva. No entanto, de acordo com Moore, “nós não asserimos tal coisa nem isso se segue de alguma coisa que nós asserimos” (MOORE, 1946, p. 204). Sendo assim, não haveria uma discrepância lógica, só é implausível porque seria o contrário do que a experiência nos leva a esperar.

¹⁵ Ver: “Moore’s Paradox”, 1993.

Moore dá a entender que é possível fazer corretamente uma asserção sem o acompanhamento da crença, o que justificaria a defesa das frases mooreanas. Porém, diz Black (1952, p. 31), “parece-me que o significado da palavra ‘asserção’ deve ser entendido em termos do significado da expressão ‘honesta asserção’” e, afirma ainda Black (1952, p. 30), “é uma ‘pressuposição’ da expressão ‘honesta asserção’ que deva haver certo acordo entre a performance do falante (as palavras que ele usa) e seu ‘estado mental’”. Para ele, então, seria errado dizer que em algum sentido a frase paradoxal mooreana seria uma asserção.

Em contraposição a Moore, para Black, frases como “ostras são comestíveis, mas eu não acredito nisso” são sempre inadequadas. Quando usamos as palavras “ostras são comestíveis” pronunciando-as assertivamente, o tom de voz com a cópula certa “é” e não “talvez”, “pode ser” ou qualquer outra, se configura como um *signal convencional* que pode ser chamado de “boa fé”. Para usar o português corretamente, por exemplo, o falante tem que aprender que pronunciar a frase “ostras são comestíveis”, em certo tom de voz, característico de um ato assertivo, é o mesmo que *representar a ele mesmo* como sabendo, acreditando ou pelo menos não desacreditando do que está sendo dito. Fazer uma enunciação assertiva sem sua correspondência com “conhecimento ou crença é propriamente tratado como uma violação da linguagem” (BLACK, 1952, p. 32). Asserção é, então, segundo essa perspectiva, a autorrepresentação do enunciador como tendo conhecimento ou crença naquilo que foi asserido. Asserir em desacordo com a autorrepresentação (sem ter conhecimento ou crença) significa violar uma norma da linguagem.

Ainda entre os mais antigos, encontramos em Peter Unger (1975), dentre outros, mais uma defesa da asserção como sendo um movimento definido por suas regras constitutivas. De acordo com Unger (1975, p. 253), “se *S* assere, declara ou afirma que *p*, então, ele não somente representa como sendo o caso que *p*, ele representa como sendo o caso que ele *sabe* que *p*”. Isso, como se pode ver, é mais forte do que “se *S* assere que *p*, *S* representa ele mesmo como *pelo menos* acreditando que *p*”. Nesse caso, na perspectiva de Unger, *S* sempre se apresenta como tendo conhecimento do conteúdo asserido, e não apenas como acreditando no que diz. Dito isso, pa-

rece que o que garante que o ato de asserção se concretize, segundo essa perspectiva, é o conhecimento.

Assim como as frases de Moore com “acreditar”, em frases desse tipo com o termo “conhecer”, onde a primeira pessoa e o tempo presente são empregados, existe um problema, e talvez o maior deles, diz Unger (1975, p. 258). Em frases como “está chovendo, mas eu não sei disso” é a condição epistêmica que expõe o enigma (*puzzle*). O que ocorre é que a realização de um ato de asserção acarreta, aparentemente de forma automática, uma autor-representação de *S* como conhecendo o que foi asserido, mesmo que em momento algum ele tenha dito que sabia o que quer que seja (UNGER, 1975, p. 264).

O argumento em favor da autorrepresentação, segundo o autor em questão, é que em face de uma asserção, mesmo se indelicado ou grosseiro, na medida em que a lógica do discurso seja mantida, é legítimo ou apropriado para o ouvinte dirigir-se *S* com perguntas do tipo “você está certo do que disse?” ou “você sabe o que você disse?”. Por conseguinte, mesmo que *S* nada tenha dito sobre estar certo ou saber alguma coisa, é de comum acordo, ou não contestável por qualquer das partes, que tais perguntas sejam efetivamente um desafio à asserção e, conseqüentemente, ao próprio autor da asserção, e isso pelo simples fato de tê-la realizado (UNGER, 1975, p. 263). A evidente e constante sujeição das asserções a esse tipo de desafio revelaria, então, seguindo o raciocínio de Unger, a característica fundamental do ato de asserir, a saber, a autorrepresentação de *S* como conhecedor do conteúdo asserido. Todavia, pode ser observado que se o ato assertórico consiste no autorrepresentar-se de *S* como conhecedor, então, faz sentido dizer que (como acredito que seja o pensamento de Timothy Williamson (2000), apresentado mais adiante) a posse de conhecimento por *S* seria o requisito fundamental para que sua asserção seja julgada como apropriada, e não apenas a autorrepresentação.

Como bem lembra John Williams (2017, p. 40-1), podemos chamar essa versão da concepção do ato de asserção como “tese da representação” (*representation account*), ou seja, “asserir que *p* é autorrepresentar-se como sabendo que *p*”. Essa versão é ainda defendida por Michael Slote (1979, p. 185) e Keith DeRose (2002, p. 179), porém, ganha maior robustez com a

perspectiva defendida por Williamson (2000). Adotando de início os argumentos de Unger, Williamson (2000, p. 253) diz o seguinte:

[a]lgo está errado com qualquer asserção da forma ‘A, e eu não sei que A’, embora tais asserções sejam frequentemente verdadeiras se feitas. O que está errado pode ser facilmente entendido sobre a hipótese de que somente o conhecimento garante a asserção [...]. Dado que somente o conhecimento garante a asserção, portanto, não pode ter garantia a asserção ‘A e eu não sei que A’.

Replicando os argumentos de Unger, e explicitando a condição de garantia da asserção, Williamson (2000, p. 253) afirma que “o padrão pouco usual e mais agressivo de resposta a uma asserção é a questão ‘você sabe isso?’”, sua agressividade é fácil de ser entendida sobre a hipótese de que somente o conhecimento garante a asserção. Portanto, sendo esse o caso, segue-se que, segundo o ponto de vista em questão, podemos ver que, de um modo geral, a asserção seria constituída por uma regra ou norma.

De acordo com essa abordagem de Williamson, a regra ou norma da asserção é o conhecimento. Ela é apresentada da seguinte forma: (Regra do conhecimento (*knowledge rule*)): Alguém deve: asserir *p* somente se sabe *p*. É essa elaboração da concepção da asserção que mais aparece nos debates sobre asserção atualmente, seja para defender ou atacar, por isso é oportuno adiantar que será aqui abordada de maneira mais detalhada mais a frente.

3.1.2 *Asserção como adição de informação à base comum da conversação*

Robert Stalnaker é um dos autores mais citados a respeito da definição do ato de asserção como sendo uma tentativa de adicionar informação à base conversacional. Essa base estaria disponível *S* e seu ouvinte de forma mútua.

Stalnaker (1999, p. 2) lembra que é Intuitivamente natural achar que a fala ou linguagem é a expressão do pensamento. Nesse caso, o conteúdo das enunciações ou declarações seriam as crenças e intenções dos falantes. Isso põe em evidência certa primazia do pensamento em relação à linguagem, todavia, a despeito disso, afirma que sua preocupação inicial é com a fala. Fortemente influenciado pelo trabalho de Paul Grice, Stalnaker defende que a fala deve ser vista como uma ação assim como outra qualquer e deve ser explicada em termos de crenças e propósitos ou intenção do agente. Aqui

é interessante notar que há uma identificação de “falante” com “agente”, fortalecendo a ideia de fala como sendo uma ação (STALNAKER, 1999, p. 2).

Para pincelar o que nos interessa aqui, é importante observar que ao falar sobre os elementos determinantes do conteúdo dos atos de fala, Stalnaker diz que “presume-se que a informação relevante para determinar o conteúdo dos atos de fala, dependentes do contexto, está disponível aos participantes de uma interlocução” (STALNAKER, 1999, p. 6), ou seja, o que se seu ouvinte precisam para determinar o conteúdo dos referidos atos é um conjunto de informação que já está, de alguma maneira, disponível para ambos¹⁶. Nesse sentido, diz Stalnaker (1999, p. 6),

[s]e o objetivo da fala, ou pelo menos um objetivo central, é trocar informação, então é natural explicar a força dos atos de fala como a tentativa de adicionar ou alterar um corpo de informação que se presume que seja compartilhado pelos participantes na conversação.

A partir daqui, então, temos de antemão a indicação da concepção de asserção que Stalnaker tem em mente. Em suas palavras:

[e]u sugiro que uma asserção deveria ser entendida como uma proposta para alterar o contexto através da adição do conteúdo à informação pressuposta. Isso é uma explicação da *força* de uma asserção, e respeita a tradicional distinção entre o conteúdo e a força de um ato de fala. O conteúdo proposicional é representado por uma (possivelmente parcial) função de mundos possíveis para com valores de verdade (*truth-values*); força assertiva é representada pela maneira na qual qualquer tal função é usada para alterar o contexto que o falante compartilha com aqueles para quem ele está falando (STALNAKER, 1999, p. 10-11).

Portanto, a característica fundamental e definidora do ato assertório, segundo esse ponto de vista, seria o fato de que sempre que *S* faz uma asserção, isso se configura automaticamente como uma proposta para realizar uma alteração, por meio da adição do conteúdo da asserção produzida,

¹⁶ Pode-se dizer que, segundo esse entendimento, para a comunicação acontecer, invariavelmente é necessário pressupor uma base comum conversacional, a qual é compartilhada, de saída, por *S* e seu ouvinte, e que pode ser descrita, ao que parece, como um conjunto de informações comum a *S* e seu ouvinte, que se configuraria como aquelas condições básicas sem as quais não seria possível comunicar nem, ao mesmo tempo, compreender. A asserção teria, então, a característica fundamental de ser uma tentativa de adicionar ou alterar essa base comum conversacional.

na base conversacional comum, a qual pode ser entendida como um conjunto de proposições que são previamente aceitas ou tomadas como garantidas para os propósitos da interlocução.

3.1.3 *Asserir como o empreendimento de certo tipo de comprometimento*

É possível encontrar a noção de asserção caracterizada como sendo fundamentalmente a assunção de um comprometimento desde Peirce (1931-1935). De acordo com ele, “asserir uma proposição é tornar-se responsável por sua verdade” (PEIRCE, 1931-1935, p. 543).

Também é possível encontrar tal caracterização em Searle (1969). Assim, explica ele:

[d]eclarar e asserir são atos, mas proposições não são, uma proposição é o que é asserido no ato de asserir, o que é declarado no ato de declarar. O mesmo ponto em uma diferente maneira: uma asserção é um (tipo muito especial de) comprometimento com a verdade de uma proposição (SEARLE, 1969, p. 29).

Em Searle (1979, p.12) reafirma-se essa posição declarando que “o objetivo ou propósito dos membros da classe assertiva é comprometer o falante (em variados graus) com algo que seja o caso, com a verdade da proposição expressa”. Podemos ver ainda a defesa desse ponto de vista em Brandom (1994, p. 168), que diz o seguinte: “o que estamos *fazendo* quando asserimos, afirmamos ou declaramos alguma coisa? A resposta geral é que estamos empreendendo certo tipo de *comprometimento*”. Ele é um dos que aborda de maneira mais detalhada a concepção em questão. Destaca o caráter fundamentalmente social do ato de asserir. Como bem observa Jary, ao comentar essa perspectiva de Brandom, “S deve ser um membro de uma comunidade, pois comprometimento só pode fazer sentido em termos de uma pessoa ter comprometimento com outra” (JARY, 2010, p. 28). Nas palavras do próprio Brandom (1983, p. 640), “o ato de fala da asserção surge em uma particular, e socialmente instituída, estrutura autônoma de responsabilidade e autoridade. Ao asserir uma frase a pessoa compromete-se com ela e a endossa”. Isso deixa claro uma tentativa de definir asserção como sendo fun-

damentalmente um tipo de comprometimento e não, por exemplo, uma expressão de crença ou ato constituído por normas¹⁷.

A partir do aspecto social da asserção, Brandom defende que as asserções são fundamentalmente base ou condição para inferências (*fodder for inferences*). Asserir, para ele, é dar razões, ou seja, é fazer afirmações cuja disponibilidade como razões para outros é essencial para sua força assertórica, ou ainda, asserções são essencialmente ajustadas para serem razões. Sendo assim, segundo Brandom (1994, p. 168), “a função da asserção é tornar frases disponíveis para o uso como premissas em inferências”, mais especificamente, “asserções desempenham um papel duplo na justificação: como justificadoras e como justificadas, premissas e conclusões” (BRANDOM, 1994, p. 174). As práticas inferenciais conferem a importância característica das performances assertórias e também o *status* de comprometimento assertórico a essas performances. Asserção não pode ser entendida se separada de inferência, e tal termo “inferência” é entendido por Brandom como um movimento dentro do jogo de dar e solicitar razões. Desse modo, afirma Brandom (1994, p. 158), “dizer isso é dizer que inferir deve ser entendido em um contexto interpessoal, como o aspecto de uma prática de comunicação essencialmente *social*”. Se corretamente entendido aqui, o fundamental aspecto social da inferência que, por sua vez, é repassado à asserção, se explicaria através do fato de que inferências identificam-se com o jogo de dar e solicitar razões. O que em si seria uma prática comunicativa e obviamente social, pois só se realiza na esfera da intersubjetividade. No centro da prática discursiva, segundo Brandom, está o referido jogo de oferecer e cobrar por razões.

Brandom (1994, p. 173-5) afirma ainda que a prática discursiva é implicitamente normativa e que o conceito normativo fundamental é a noção de *comprometimento*, que vem acompanhado com a noção de *direito*.

¹⁷ É importante notar que o que está em jogo em todas essas perspectivas é descobrir a característica fundamental da asserção. Dizer que a característica fundamental da asserção é ser um tipo de comprometimento não exclui a possibilidade de que ela também seja, por exemplo, uma expressão de crença ou um movimento definido por regras, mas apenas que a característica do comprometimento vem em primeiro lugar. O mesmo se dá quando assumimos quaisquer das outras perspectivas aqui elencadas. Penso que isso mostra que todas essas visões se relacionam de alguma maneira, restando para a discussão a questão sobre qual delas é fundamental para a definição da asserção.

Autoridade e responsabilidade são características essenciais dos atos de fala, de acordo com a perspectiva em questão. “Ao produzir uma asserção, a pessoa submete ela mesma a uma responsabilidade” (BRANDOM, 1994, p. 174), a responsabilidade de demonstrar que tem o direito de realizar uma determinada asserção, o que, se bem sucedido, demonstrará a autoridade de *S* sobre a asserção.

Uma maneira de demonstrar o direito à asserção é por meio do processo de justificação, ou seja, apresentando razões em favor do direito a asserção, que consiste em fazer outras afirmações ou asserções.

Um ponto importante que caracteriza a perspectiva de Brandom é que os interlocutores que aceitam as referidas razões apresentadas endossam implicitamente certa inferência. As razões apresentadas são, no fim das contas, outras asserções, que assumem a posição de premissas com a função de sustentar a conclusão que é a asserção feita inicialmente. Para Brandom (1994, p. 174), então, “a articulação inferencial dos atos de fala depende desta prática de demonstrar direito para com o compromisso reconhecido através da realização de um ato de fala”. Isso ressalta, como se pode ver, o caráter fundamental do aspecto do comprometimento envolvido no ato assertórico.

Por fim, outra maneira de reivindicar o direito ao comprometimento com uma asserção seria por vias indiretas, ou seja, por meio da autoridade de outra pessoa. Brandom diz que aquilo que ele chama de “função do comunicacional da asserção” tem como importância licenciar o ouvinte a reproduzir (agora também como falante assertórico) a asserção de *S*, em quem ele confia, o que lhe tiraria a responsabilidade de ter que dar razões para defender o direito sobre tal ato assertórico.

Esse ponto de vista sobre a asserção, o qual aponta a noção de comprometimento como uma das características definidoras do ato assertórico, é defendido ainda, como lembra MacFarlane (2011), por Wright (1992), MacFarlane (2003,2005) e Wantson (2004).

CONCLUSÃO

De um modo geral, os tratamentos do ato de asserção têm-se desenvolvido em duas frentes, a saber, a da filosofia da linguagem e da epistemologia. Em ambas as frentes, a asserção é um tipo de ato de fala, porém, quanto à individuação ou diferenciação desse ato, as explicações e concepções são várias. Temos propostas de distinção da asserção por certas normas; por seus efeitos (os quais incidiriam sobre a base comum de interlocução); por seus comprometimentos; e por aquilo que supostamente seriam suas causas, tais como crenças ou estados mentais expressos no ato assertórico, por exemplo. Podendo, todas essas propostas de individuação, serem combinadas ou relacionadas de várias maneiras. “Uma segunda questão relacionada é como entender o ato de fala da asserção se o relativismo sobre a verdade for correto” (BROWN; CAPPELEN, 2011, p. 1), possivelmente dificultando ainda mais uma definição da asserção.

Outra proposta, bem singular, diga-se de passagem, é a que rivaliza ou se contrapõe a todas as perspectivas descritas acima e, consequentemente, às tentativas de individuar a asserção. Tal proposta diz respeito ao posicionamento de Cappelen (2011), quando defende que não há um conjunto de afirmações ou declarações que possa ser corretamente distinguido como um conjunto de asserções. “As declarações são governadas por normas variadas, surgem com comprometimentos variados e têm causas e efeitos variáveis. Não há qualquer debate substantivo sobre qual desses conjuntos são as asserções” (BROWN; CAPPELEN, 2011, p. 3). Com isso, Cappelen introduz um novo ponto de vista no debate, uma visão cética sobre a possibilidade de individuar o ato assertórico.

No campo epistemológico, a visão predominante é que a asserção está sujeita a certas normas, e que tais normas são normas epistêmicas. Dito de outro modo, para uma performance apropriada do ato de asserir é preciso atender a exigências epistêmicas de uma norma específica que governa o referido ato, ou seja, o elemento epistêmico é tido como determinante. Toda a discussão aqui irá girar em torno de saber qual é a norma fundamental da asserção, se a norma da certeza, do conhecimento, da verdade ou da justificação, por exemplo.

A proposta que mais tem fomentado o debate acerca da norma da asserção nos últimos tempos é a que defende o conhecimento como norma asserórica, tendo Timothy Williamson (1996 e 2000) como seu principal representante. É cada vez mais crescente o número de trabalhos no cenário epistemológico sobre o assunto. Seja para apoiar a visão já estabelecida por Williamson, para fazer ajustes, ou simplesmente para estabelecer uma oposição à mesma.

Recebido em 07/05/2023

Aprovado em 22/05/2023

REFERÊNCIAS

ALSTON, W. P. **Illocutionary acts and sentence meaning**. Ithaca. NY: Cornell University Press, 2000.

ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Oxford: Blackwell, 1957.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BACH, K.; HARNISH, R. M. **Linguistic communication and speech acts**. Cambridge, MA: MIT Press, 1979.

BLACK, M. Saying and disbelieving. **Analysis**, Oxford, v. 13, n. 2, p. 25-33, dec.1952

BRANDON, R. Asserting. **Noûs**, v. 17, n. 4, p. 637-650, nov. 1983.

BRANDON, R. **Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

BROWN, J.; CAPPELEN (ed.). Assertin: an introduction and overview. *In*: BROWN, J. **Assertion: new philosophical essays**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DEROSE, Keith. Assertion, knowledge and context. *Philosophical review*, v. 111, n. 2, p. 167-203, apr. 2002.

DUMMETT, M. Frege: **philosophy of language**. Lomdon: Duckworth, 1981.

GEACH, P. T. Assertion. **The philosophical review**, 74, 1965. p. 449-65.

GOLDBERG, Sanford C. **Assertion**: On the philosophical significance of assertoric speech. United Kingdom: Oxford University press, 2015.

GRICE, Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1989.

JARY, Mark. **Assertion**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2010. (Palgrave Studies in Pragmatics, language and Cognition series)

MACFARLANE, J. Future contingents and relative truth. **The Philosophical Quarterly**, Oxford, v.53, n. 212, p. 321-326, jul. 2003.

MACFARLANE, J. What is an assertion? *In*: BROWN, J.; CAPPELEN (ed.). **Assertion**: new philosophical essays. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 79-96.

MILLIKAN, R. **language, thought and other biological categories**. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

MOORE. G. E. Russell's "theory of descriptions". *In*: SCHILPP, P. A. (ed.). **The philosophy of Bertrand Russell**. 2^a ed. London: Cambridge University Press, 1946. p. 175-225.

MOORE. G. E. Moore's Paradox. *In*: BALDWIN, T. **G. E. Moore**: selected writings (ed.). London: Routledge. 1993, p. 207-12.

PEIRCE, Charles C. **Prolegomena to a science of reasoning**: phaneroscopy, semeiotic, logic. (Ed.) Elize Bisanz. Frankfurt: Peter Lang, 2016.

PEIRCE, Charles C. Belief and judgment. *In*: HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul (ed.) **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935. v. 1-6. p. 538-548.

RUSSEL, B. On denoting. **Mind**, 14, 1905. p. 479-93.

SEARLE, John R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. A taxonomy of illocutionary acts. *In*: GUNDERSON, K. (ed.). **Language, mind and knowledge**: Minnesota studies in the philosophy of science. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975. v. 7, p. 344-69.

SEARLE, John R. **Expression and meaning**: studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SLOTE, Michael A. Assertion and Belief. *In*: DANCY, J. **Papers on language and logic**. Keele: Keele University Library, 1979.

SOUZA FILHO, Marcondes. A teoria dos atos de fala como concepção pragmática da linguagem. **Filosofia Unisinos**, 7(3): p. 217-230, set/dez, 2006.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Blackwell, 1986.

STALNAKER, C. **Context and content**: essays on intentionality in speech and thought. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STANLEY, J. **Knowledge and practical interests**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

UNGER, P. K. **Ignorance**: a case for skepticism. Oxford: Clarendon Press, 1975.

WILLIAMS, John. N. Assertion and many norms. **Manuscrito: Rev. Int. Fil. Campinas**, v. 40, n. 4, out/dez, p. 39-76, 2017.

WILLIAMSON, T. Knowing and asserting. **The philosophical review**, 105, 1996. p. 489-523.

WILLIAMSON, T. **Knowledge and its limits**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WRIGHT, Crispin. **Truth and objectivity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).